



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

Asssembleia Legislativa de Alagoas  
PROTOCOLO GERAL 2754/2019  
Data: 11/11/2019 - Horário: 09:52  
Legislativo

MENSAGEM Nº 57/2019

Maceió, 11 de novembro de 2019.

*Senhor Presidente,*

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que ***“Reestrutura o Fundo Especial de Segurança Pública do Estado de Alagoas – FUNESP/AL, e dá outras providências”***.

A presente proposição objetiva atualizar a Lei Estadual nº 7.012, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu o Fundo Especial de Segurança Pública do Estado de Alagoas – FUNESP, para adequá-la ao disposto na Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, a fim de garantir as transferências Fundo a Fundo, oriundas do Governo Federal, garantindo maior dinâmica e transparência na gestão orçamentária e financeira do FUNESP/AL.

Em razão do Estado de Alagoas ter como prazo final o dia 30 de novembro de 2019 para implementação das alterações mencionadas, solicito que a apreciação da propositura ocorra em **caráter de urgência**, nos termos do *caput* do art. 88 da Constituição Estadual, caso contrário restará inabilitado para a recepção de transferência de recursos oriundo do Governo Federal ao Fundo do Estado.

Na certeza de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência e vossos dignos Pares para a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.

  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**  
**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.**  
**NESTA**

Publicada no DOE do dia 12/11/2019.



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**PROJETO DE LEI Nº                    /2019**

**REESTRUTURA O FUNDO ESPECIAL DE  
SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE  
ALAGOAS – FUNESP/AL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS** decreta:

**Art. 1º** O Fundo Especial de Segurança Pública do Estado de Alagoas – FUNESP passa a denominar-se Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Alagoas – FUNESP/AL e tem por objetivo a garantia de recursos, em caráter complementar, para o custeio de despesas correntes e de capital, visando o aperfeiçoamento, modernização e eficiência dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Alagoas – SSP/AL.

**Art. 2º** Constituem fontes de recursos do FUNESP/AL:

I – doações em espécie, auxílios e subvenções procedentes de pessoas naturais, jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

II – taxa de fiscalização e serviços diversos de que trata a Lei Estadual nº 2.878, de 24 de junho de 1967, incluindo a emissão de Cédulas de Identidade;

III – repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e outras receitas orçamentárias que lhe forem destinadas no orçamento da União, do Estado e dos Municípios; e

IV – repasses de recursos financeiros do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas – DETRAN/AL, que serão realizados da seguinte forma:

a) o valor mensal de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme preceituado na Lei Estadual nº 7.012, de 29 de dezembro de 2008;

b) acrescentando-se à receita mencionada na alínea anterior o montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos recursos advindos da recuperação das inadimplências existentes na Autarquia, conforme disposto na Lei Estadual nº 7.012, de 2008;

c) dotações orçamentárias a ele consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA e quaisquer outras receitas que legalmente lhe possam ser destinadas;

d) saldo financeiro de exercícios anteriores; e

e) juros e rendimentos resultantes de aplicações dos recursos do próprio FUNESP/AL em fundos de investimentos.

**Parágrafo único.** Fica o Chefe do Executivo Estadual autorizado a fazer, mediante Decreto Estadual, o ajuste anual do valor constante na alínea *a* do inciso IV deste artigo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Art. 3º** Os recursos do FUNESP/AL destinam-se a:

I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais e de unidades do Corpo de Bombeiros Militar, inclusive às destinadas ao ensino e instrução dos profissionais da segurança pública;

II – aquisição de materiais, de equipamentos e de veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluídos os Programas de Polícia Comunitária e Perícia Móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade; e

IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para a premiação em dinheiro por informações que auxiliem na elucidação de crimes, a ser regulamentada por ato do Poder Executivo Estadual.

§ 1º Os recursos provenientes da União serão movimentados em conta própria, conforme disposto nos instrumentos de pactuação, e os demais recursos são movimentados em conta especial, sob a denominação de Fundo Especial de Segurança Pública do Estado de Alagoas – FUNESP/AL.

§ 2º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas neste artigo, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em Títulos Públicos Federais e de curto prazo.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FUNESP/AL:

I – em despesas e encargos sociais de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil, militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de Órgãos e de Entidades destinadas exclusivamente à realização de atividades administrativas.

Assinatura manuscrita em tinta vermelha.





ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**Art. 4º** A Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP é responsável pela gestão orçamentária e financeira do FUNESP/AL, competindo-lhe:

- I – receber as doações de que trata o inciso I do art. 2º desta Lei;
- II – alocar os recursos para atendimento de demandas específicas das unidades integrantes da SSP/AL e dos Órgãos a ela vinculados; e
- III – desempenhar os demais atos necessários às aquisições de bens e serviços, em fiel cumprimento ao disposto nesta Lei, observadas as disposições das leis federais correlatas ao assunto.

**Parágrafo único.** Para a consecução do objeto deste artigo o FUNESP/AL contará com uma comissão executiva composta por 3 (três) membros indicados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e nomeados pelo Governador do Estado, conforme disposto na Lei Delegada nº 47, de 10 de agosto de 2015.

**Art. 5º** O FUNESP/AL terá um Conselho Gestor composto pelos seguintes membros:

- I – Secretário de Estado de Segurança Pública, que será o Presidente;
- II – Secretário-Chefe do Gabinete Civil;
- III – Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio;
- IV – Secretário Executivo de Gestão Interna da Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- V – Secretário Executivo de Políticas de Segurança Pública;
- VI – Delegado Geral da Polícia Civil;
- VII – Comandante-Geral da Polícia Militar; e
- VIII – Perito Geral.

§ 1º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Conselho Estadual de Segurança Pública.

§ 2º Os integrantes do Conselho Gestor não fazem jus a remuneração pela participação no Conselho, que é considerada de relevante interesse público.

**Art. 6º** Compete ao Conselho Gestor do FUNESP/AL:

- I – aprovar a programação financeira;

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no final do item I do Artigo 6º.



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

II – expedir normas e procedimentos destinados a adequar a operacionalização do FUNESP/AL às exigências decorrentes da legislação aplicável à matéria;

III – manter arquivo com informações claras e específicas das ações, dos programas e dos projetos desenvolvidos, conservando em boa guarda os documentos correspondentes;

IV – conservar organizados os demonstrativos de contabilidade e escrituração do Fundo;

V – analisar os projetos recebidos visando a verificar seu alinhamento com as diretrizes do Plano de Segurança Pública do Estado de Alagoas;

VI – fiscalizar a correta aplicação dos recursos do FUNESP/AL destinados aos projetos, às atividades e às ações na área de segurança pública e de prevenção à violência; e

VII – elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de instalação do Fundo, o respectivo Regimento Interno, a ser aprovado por Decreto, estabelecendo suas normas de organização e funcionamento.

**Parágrafo único.** O Conselho Gestor pode instituir comissão para analisar e monitorar a prestação de contas dos recursos utilizados.

**Art. 7º** O custeio das despesas operacionais e administrativas vinculadas às ações decorrentes desta Lei correm por conta de recursos do FUNESP/AL.

**Art. 8º** O saldo positivo do FUNESP/AL, apurado em balanço em cada exercício financeiro, é transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

**Art. 9º** Os recursos do FUNESP/AL não podem ser contingenciados, em função de serem sustentáculos na prestação de serviços de pronto atendimento e de emergência, visando à salvaguarda urgente da vida e do patrimônio de cidadãos do Estado de Alagoas.

**Art. 10.** O Chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará no que couber, as disposições desta Lei.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual nº 7.012, de 2008.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no final do artigo 12.